

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 269

Período: 06/10/07 a 12/10/07

GEDES – Brasil

- 1- Direitos concedidos à família Lamarca são suspensos
- 2- Retomada no controle de pequenos aviões por parte da Aeronáutica deve acontecer ainda em 2007
- 3- Novas repercussões da crise aérea
- 4- Ministério da Defesa elabora Plano Estratégico de Defesa Nacional
- 5- Forças Armadas farão simulação no pantanal e ministro da Defesa visita unidades militares na Amazônia
- 6- Impasse sobre o assassinato de recruta do Exército, em 1998

1- Direitos concedidos à família Lamarca são suspensos

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, foi suspensa, no dia 05/10/07, através de uma liminar concedida pela Justiça Federal do Rio de Janeiro, a decisão da Comissão da Anistia que concedeu anistia política *post-mortem* ao capitão Carlos Lamarca, bem como os efeitos da portaria assinada pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, que promovia Lamarca de capitão a coronel e que determinava o pagamento a sua viúva, Maria Pavan Lamarca, no valor de R\$ 12.152,61 como vencimentos equivalentes aos de general-de-brigada e uma indenização de R\$ 902.715,97. Lamarca era membro do Exército, mas abandonou seu quartel em 1969 para participar de movimentos armados contrários ao regime militar. O Clube Militar foi o responsável pela solicitação de suspensão dos benefícios junto à Justiça, a qual concordou com o argumento de que Lamarca seria um desertor, não podendo ser privilegiado. Frente à decisão da Justiça Federal, o governo anunciou, conforme noticiado no jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 11/10/07, que iria recorrer da determinação. Outro caso relacionado ao regime militar, segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, decidido no dia 10/10/07 pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, foi o do compositor, poeta e diplomata Vinicius de Moraes, que morreu em 1980. As três filhas de Vinicius denunciaram perseguição política imposta pelo regime militar e a Justiça reconheceu, determinando uma indenização de R\$ 50.000 a cada uma das filhas por danos morais. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 06/10/07; Folha de S. Paulo – Brasil – 11/10/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/10/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 11/10/07*).

2- Retomada no controle de pequenos aviões por parte da Aeronáutica deve acontecer ainda em 2007

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, é provável que até o final de novembro de 2007, a Aeronáutica retome o controle sobre o monitoramento da maior parcela de aviões de pequeno porte que voam no espaço aéreo brasileiro. Atualmente, 90% dos 9.800 aviões de pequeno porte não estão sendo acompanhados pelos Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindactas), em decorrência da falta de controladores de vôo,

pois muitos foram afastados de seus postos desde o acidente ocorrido em Setembro de 2006 entre o Boeing da empresa aérea Gol e o jato americano Legacy. Além disso, a Aeronáutica apontou o excesso no tráfego aéreo da região Centro-Sul do Brasil como motivo para a suspensão do monitoramento completo. A expectativa da retomada do controle dessas aeronaves foi ainda confirmada pelo presidente da Associação Brasileira de Aviação Geral (Abag), Adalberto Febeliano. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmou que espera uma parecer dos Cindactas para analisar a possibilidade da retomada do controle de tais vôos pela Aeronáutica. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 06/10/07).

3- Novas repercussões da crise aérea

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, os controladores de vôo encaminharão à Procuradoria Geral da República uma denúncia contra o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito e os comandantes dos Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindactas) acusando-os de colocarem em perigo a segurança do transporte aéreo no motim ocorrido em 30/03/07. No texto da denúncia, o advogado dos controladores irá expor que os comandantes cometeram um ato de rebeldia contra a Presidência da República, alegando que Saito teria ordenado que oficiais abandonassem as salas de operação, o que permaneceu até o dia 02/04/07, não oferecendo nenhuma assistência aos controladores, o que gerou sérios riscos para a segurança do transporte aéreo, em uma medida contrária à decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, na época, enviou um ministro civil de Planejamento para tentar uma negociação com os controladores que estavam parados. Além disso, os oficiais serão denunciados por terem ocultado os problemas ocorridos no sistema aéreo e por não terem treinado de maneira adequada os controladores em um possível caso que pudesse haver risco de morte. A Força Aérea Brasileira não se manifestou sobre o caso. No dia 09/10/07 o comando da Aeronáutica pediu a prisão do controlador Moisés Gomes de Almeida, vice-presidente da Federação Brasileira das Associações de Controladores de Tráfego Aéreo (Febracta), considerado um dos articuladores do motim ocorrido em março que deve responder por incitamento e insubordinação. A Aeronáutica alega que Almeida postou no site de relacionamentos Orkut um pedido à categoria para que realizassem doações para o pagamento de um parecer encomendado ao jurista Marcelo Neves sobre o controle de tráfego aéreo de outros países. Apesar de não citar diretamente a Força Aérea Brasileira (FAB), Almeida fez críticas veladas à instituição. Ainda no contexto da crise aérea, de acordo com *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, criou a Secretaria de Aviação Civil (SAC) que terá três departamentos: Política de Aviação Civil, Infra-Estrutura Aeroportuária Civil e Infra-Estrutura de Navegação Aérea. A secretaria será chefiada por Solange Paiva Vieira e tem como função auxiliar o ministro da Defesa, Nelson Jobim, na “coordenação e supervisão dos órgãos e entidades responsáveis pela gestão, regulação e fiscalização da aviação civil, da infra-estrutura aeroportuária civil e da infra-estrutura de navegação aérea civil, vinculados ao Ministério da Defesa”. A SAC ainda participará da formulação das diretrizes da política nacional de aviação civil, além de promover estudos referentes ao setor. (Folha de S. Paulo –

Cotidiano – 08/10/07; Folha de S. Paulo – Opinião – 09/10/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 09/10/07).

5- Ministério da Defesa elabora Plano Estratégico de Defesa Nacional

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o Plano Estratégico de Defesa Nacional que se encontra em elaboração no Ministério da Defesa estabelecerá a cobrança de royalties de “empreendimentos privados que não podem ter suas atividades interrompidas em caso de guerra ou invasão estrangeira”, definindo ainda quais os locais e/ou negócios que devem ou não funcionar durante uma guerra. Segundo o general José Benedito de Barros Moreira, secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais, a atual defesa naval do Brasil é “precária” e o sistema de defesa aérea e marítima é “insuficiente”. Para Moreira, especialmente as instalações de defesa aérea não se encontram em condições de defender nem mesmo a capital do país, Brasília, contra ameaças externas, por possuírem armas defasadas. Apontou ainda a falta de munição e armamento, especialmente na Marinha e Aeronáutica, o que também provoca uma defasagem no treinamento dos soldados. O Plano tem previsão para ser concluído até setembro de 2008 e o governo provavelmente determinará uma lei específica para a cobrança dos royalties. Em 2007, a Marinha deveria receber o valor de R\$ 1,4 bilhão em royalties pagos pela empresa estatal Petrobrás por prestar vigilância em suas plataformas oceânicas, entretanto, o Governo Federal deve reter cerca de R\$ 861,9 milhões desse valor. Outra medida a ser implantada é a criação de uma rede de computadores que ligará o Governo Federal aos comandos militares e ministérios como uma alternativa ao uso da internet que funcionaria em caso de guerra. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, que aprova tais iniciativas, visitou a Esquadra da Marinha, localizada na Ilha de Mocanguê, estado do Rio de Janeiro, com o intuito de examinar “in loco” as condições de armas e equipamentos para ajudar na elaboração do Plano, pois deseja otimizar a Esquadra. Entretanto, Jobim não chegou a verificar a “mostra de material”, apenas visitou o interior das fragatas, analisando suas condições. (Folha de S. Paulo – Nacional – 09/10/07)

6- Forças Armadas farão simulação no pantanal e ministro da Defesa visita unidades militares na Amazônia

Segundo o jornal *O Estado de São Paulo* as Forças Armadas Brasileiras simularão uma situação de guerra contra o Paraguai, na região do complexo do Pantanal, referente ao noroeste do estado Mato Grosso do Sul. A operação coordenada pelo Ministério da Defesa contará com equipamentos de guerra, 3500 militares, além de obedecer aos moldes dos conflitos internacionais mais recentes, e simulará uma batalha pelo controle de regiões estratégicas e integridade territorial. Além disso, *O Estado* informou que o ministro da Defesa, Nelson Jobim, realizará visitas a 20 unidades militares da Amazônia, com o intuito de acompanhar o desempenho e a situação das tropas. Outro fator que influenciou a viagem de Jobim, que estará acompanhado da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, é uma declaração das Nações Unidas que restringe atividades militares em áreas indígenas. Segundo o jornal, o posicionamento dos militares é de que tal medida é uma intromissão nos assuntos internos do

país, e, portanto, à soberania nacional. (Estado de São Paulo – Nacional – 10/10/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 12/10/07).

7- Impasse sobre o assassinato de recruta do Exército, em 1998

O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que o caso do assassinato do recruta do Exército, Wallace de Almeida, no Rio de Janeiro, em 1998, durante tarefa policial, será reportado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). A questão permanece sem solução, mesmo após ser levada à mesma Comissão, em 2004, que resolveu pela instauração de um “processo de solução amistosa” do caso. Se houver, agora, o entendimento da Comissão de que nenhuma providência foi tomada até o momento, a União poderá ser condenada a punir os envolvidos no assassinato, adotar ações de combate à violência policial, além de ser obrigada a indenizar os familiares das vítimas. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 11/10/07).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, graduanda em Relações Internacionais) e Victor Missiato (Redator, graduando em História).